



## *Conselho Nacional de Justiça*

**PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI Nº 0004063-15.2011.2.00.0000**

<b>RELATOR</b>	<b>: Conselheiro NEVES AMORIM</b>
<b>REQUERENTE</b>	<b>: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL</b>
<b>REQUERIDO</b>	<b>: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI</b>

### **ACÓRDÃO**

**EMENTA: PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI. PEDIDO DE REAPRECIÇÃO DO PARECER. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE ERRO MATERIAL DO ANTIGO PARECER. PROCEDÊNCIA. PARECER FAVORÁVEL.**

1. Trata-se de pedido de reapreciação de parecer de mérito sobre anteprojeto de lei em que, por ocasião de sua aprovação, entendeu, equivocadamente, existir erro material no anteprojeto.

2. É certo que das decisões do Plenário deste Conselho não cabem recurso, mas, no caso em tela, a situação é atípica. Ora, não se trata de processo propriamente dito, mas de parecer que é indispensável ao envio de anteprojeto de lei à Câmara dos Deputados. Não se pode determinar que o órgão acolha a decisão e envie projeto com erro ao Congresso; de outro lado, não se pode permitir que desobedeça a ordem deste Conselho. Nesta situação, fica evidente que o CNJ não pode determinar a correção de ato que não contém vício algum, pelo que plenamente adequado o anteprojeto apresentado.

3. Parecer favorável no sentido de se acolher o anteprojeto tal qual foi apresentado.



## *Conselho Nacional de Justiça*

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a regularização do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Afirma o requerente que, no PAM nº 0001320-66.2010.2.00.0000, o voto do e. Relator Cons. Paulo Tamburini teria, por equívoco, apontado erro material na extinção de 12 funções comissionadas FC-01, sugerindo, em seguida nova redação ao Anexo II do anteprojeto apresentado naquele PAM; quando, em verdade, não havia erro. O PAM nº 1320-66, cujo anteprojeto é idêntico a este, foi assim relatado:

O Conselho da Justiça Federal, em razão da decisão tomada no âmbito daquele Sodalício, bem assim do eg. Superior Tribunal de Justiça, através do seu Plenário, encaminha a este Conselho Nacional de Justiça, para análise e manifestação, anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação e extinção de funções nas estruturas organizacionais da Justiça Federal de primeiro grau da 5ª Região.

Ressalta que tal pretensão não trará despesas para a Justiça Federal de primeiro grau da 5ª Região e atenderá às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União, através dos Acórdãos nºs 783/2003 e 552/2007, levando em conta que a criação de funções comissionadas deu-se através de resoluções.

Ouvido o Comitê Técnico de Apoio, este, ante a inexistência de aumento de gastos com pessoal, destaca a desnecessidade do seu opinativo, com arrimo no art. 81 da Lei nº 12.017/09.

Com efeito, o presente anteprojeto visa apenas a regularizar o quadro de funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, conforme orientação do Tribunal de Contas da União, ínsitas nos Acórdãos nº 783/2003 e nº 552/2007. Com efeito, esses acórdãos repudiaram a criação de funções comissionadas por meio de Resoluções, prática comum quando da edição das Resoluções nº 13/1993, 4/1995 e 14/1995; e passaram a exigir que a criação de funções se desse apenas por lei. Assim, neste anteprojeto ora sob análise, não haveria aumento de gastos tendo em vista que as funções já vêm sendo pagas com recursos orçamentários e financeiros destinados àquele Tribunal.

Nada obstante, por ocasião do julgamento o então relator entendeu o seguinte:

Nesse campo, calha fazer algumas considerações acerca de certas incongruências que pude perceber da análise das normas acima referidas e das planilhas anexas à minuta do aludido anteprojeto.

A primeira diz respeito ao erro material consistente na extinção, formal, de 12 (doze) funções de Operador (FC-01) – Resolução TRF5 20/1995, quando existiam apenas 6 (seis) delas – Resolução TRF5 13/1993.

A segunda, e última, é aquela consubstanciada na alusão, no Anexo II do anteprojeto em questão – que discrimina o total de funções extintas, somente às 6 (seis) funções de Operador (FC-01), sendo certo, no entanto, que a formalização da regularização das funções por meio de lei é necessária tanto no tocante às FC-01 como quanto às demais,



## *Conselho Nacional de Justiça*

quais sejam, 16 (dezesseis) FC-05, 18 (dezoito) FC-04 e 26 (vinte e seis) FC-02, o que dá um total de 66 (sessenta e seis) funções extintas na história do TRF5.

O voto do então Relator contou com a adesão unânime do Conselho. Entretanto, aduz o requerente que esses erro não existem porque “a extinção de doze funções de nível FC-01 pela Resolução 20/1995 – TRF5 abrangeu não somente as seis criadas pela Resolução nº 13/1993, mas outras seis FC-01, estas criadas regularmente, por instrumento competente à época – o Ato Regulamentar CJF n. 641, de 31.12.1987”. Por isso entende ser necessária a extinção formal por meio de lei. No que se refere aos anexos, aponta o requerente que eles não “correspondem à totalidade das funções criadas e/ou extintas por atos irregulares do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, mas tão somente, ao saldo resultante (...)”. Por essa razão, solicitou ao relator do PCA nº 1320-66 a reconsideração do ato.

O e. Cons. Paulo Tamburini, entendeu pela irrecorribilidade das análises do Plenário, mas determinou o desentranhamento do ofício para transformá-lo em novo processo.

Determinei, então, a instrução do processo e a conseqüente remessa ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário e ao Departamento de Pesquisas Judiciárias. Ambos acolheram a manifestação do requerente e apontaram o equívoco que deu fundamento ao voto do então Relator.

É, em síntese, o relato.

Primeiramente, há que se reconhecer acertada a decisão do então Cons. Paulo Tamburini que determinou o desentranhamento do ofício do Conselho da Justiça Federal. É certo que das decisões do Plenário deste Conselho não cabem recurso, mas, no caso em tela, a situação é atípica. Ora, não se trata de processo propriamente dito, mas de parecer que é indispensável ao envio de anteprojeto de lei à Câmara dos Deputados. Suponha que assista razão ao requerente e que, de fato, haja equívoco por parte do Relator. Deveria o requerente submeter o processo ao Congresso com o vício do CNJ ou deveria ele desobedecer à determinação deste Conselho? Nesta situação, fica evidente que este Conselho não pode determinar a correção de ato que não contém vício algum. Assim, registre-se a precisão da ordem do então Relator em dar início a novo parecer. Não se trata de recurso, porquanto a decisão não é vinculante, nem terminativa, devendo, porém, sua tramitação, seguir o regramento atual.

No mérito, acolho o parecer do Departamento de Acompanhamento Orçamentário que deverá integrar as razões deste voto para dar parecer favorável ao anteprojeto do Conselho da Justiça Federal. Assiste razão ao requerente quando afirma inexistir erro material. Há, em verdade, perfeita adequação entre o anteprojeto e a série de atos internos que criaram as funções.

Neste ponto, cumpre destacar que não era raro que órgãos públicos, mesmo sob a égide da Constituição de 1988, criassem funções comissionadas por ato interno de seu superior hierárquico. Ao analisar essa situação, o TCU passou a entender que prática era ilegal e que apenas por lei as funções poderiam ser criadas. No caso do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a fim de não ferir direitos legitimamente adquiridos o

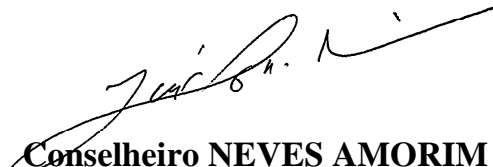


## *Conselho Nacional de Justiça*

Tribunal de Contas determinou que fosse enviado ao Congresso projeto de lei para regularizar as funções. É essa razão do presente anteprojeto.

Há que se registrar que a criação e extinção de funções, constantes do anexo I e II, respectivamente, apenas sintetizam o atual quadro de funções. O então relator olvidou que as funções extintas pela Resolução nº 13/1993 não foram criadas após a Constituição, mas antes, por ato que, à época, era instrumento legítimo para fazê-lo. Assim, é desnecessária a alteração que sugeriu o relator por ocasião da aprovação do PAM, razão pela qual acórdão os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, em dar parecer favorável ao presente anteprojeto acolhendo-o integralmente em todos os seus termos.

Brasília, 18 de novembro de 2011.



**Conselheiro NEVES AMORIM**  
**Relator**